



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO
DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS
FUNDAMENTAIS E CIDADANIA
CONSELHO ESTADUAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL DO PARANÁ
CONSEPIR



1 Ao terceiro dia do mês de Julho de dois mil e dezenove, às nove horas, na Sala de Gestão do Palácio das
2 Araucárias, situado à rua Jacy Loureiro de Campos s/nº, ao bairro Centro Cívico, Curitiba-PR, fizeram-se
3 presentes, conforme convocação prévia, os **Titulares Governamentais:** Ana Zaiczuk Raggio (SEJU),
4 Gustavo José Picanço Bayer (SESP), Mariana Souza Bernal (SEEC), Edna Aparecida Coqueiro (SEED),
5 Luis paulo Gomes Mascarenhas (SETI), Levi Gomes de Lima Junior (SEMA), Rosangela Aparecida de
6 Souza (SEET), William Barbosa (SUDIS), Ademar Florentino (SEAB), Eliseu Raphael Venturi (SEPL);
7 **Suplentes Governamentais:** Lucimar Pasin De Godoy (SESA), João Eduardo Cruz (SEDU); **Titulares**
8 **Sociedade Civil:** José Luiz Teixeira (Instituto Sorriso Negro), Melissa Reinehr (Centro Cultural Humaita),
9 Saul Dorval da Silva (Instituto Brasil África), Luiz Carlos do Santos (APP/Sindicato), Eliana da Silva (Rede
10 Mulheres Negras Paraná), Antonio Carlos Basilio da Silva (INATES), Nardi Terezinha Casanova (União
11 Cigana do Brasil), Aloísio Justino do Nascimento (Instituto Internacional de Prevenção às Drogas);
12 **Suplentes da Sociedade Civil:** Ndiaga Faye (Centro Cultural Humaita), Rosangela de Lima (Grupo
13 AfroVida), Robson Jaime Pereira (INATES), Weverton Sebastião dos Passos (União Cigana do Brasil);
14 **Colaboradores(as):** Michelli Santos da Silva (Kakané Porã), Rosane M. de Souza (CMPPIR- Cambé/PR),
15 Valdinê A. B. Ferreira (SUDIS), Solandge R. Penna (SEMED – Pinhais), Cleuza Souza Theodoro (Igualdade
16 Racial), Rosiany Maria da Silva (COMPIR – Maringá), Ademilson Costa Souza, José Tadeu (COMPIR-
17 Araucária), Adriano (COMPIR- Araucária), Miguel Nunes (Gestor PR – Araucária), Walter Volpato (Prefeito
18 de Sarandi), marcos A. Ribeiro (Sarandi/Prefeitura), Isaac Ramos (DIT), Ramon Frohlich (MPPR –
19 Colombo), Milton Roberto Frohlich , João F. Freire Neto (CMPPIR – Sarandi), Maria de Fátima Beraldo
20 (GPPIR – Londrina), Ana Paula da Silva (CMPPIR – Cambé), Maria Eugenia de Almeida P. (CMPPIR), Sidnei
21 Santos (CMPPIR – Londrina), Adegmar Candiero (CNPIR), Edicélia Maria dos Santos de Souza (COMPIR –
22 Pontal do Paraná), dando-se início à reunião Reunião Ordinária do **CONSELHO ESTADUAL DE**
23 **PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL DO PARANÁ – CONSEPIR.** Tendo em vista a ausência inicial de
24 quorum, passou-se ao **3º Relato das Comissões;** a conselheira Ana Raggio inicia este item, relatando que
25 a Comissão de Combate ao Racismo promoveu reunião com o Ministério público e a OAB. Trouxe que
26 foram recebidas respostas da Secretária de Segurança Pública sobre os questionamentos levantados pela
27 Comissão, sobre a presença de Movimentos Fascistas Extremistas no Estado. Houve também retorno do
28 Tribunal de Justiça para realizar processo de capacitação para agentes do Tribunal de Justiça e dialogar
29 sobre a probabilidade de destinação de multas para o Fundo de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
30 (FUNDEPPPIR) e também orientar a Magistratura estadual acerca da não ida dos crimes de injúria racial para
31 os Juizados Especiais. Houve, ainda, três deliberações da Comissão para análise do pleno, a primeira é que
32 quando haja denúncia, esta seja encaminhada para o Programa SOS Racismo, afim de dar a necessária
33 rapidez de encaminhamento para os órgãos responsáveis por sua apuração. A segunda proposta é da
34 criação de um material de orientação para que as pessoas possam ir munidas à delegacia no momento do
35 registro da denúncia. A terceira sugestão com relação a este contexto, para análise do pleno, é a falta de
36 sensibilidade dos(as) funcionários(as) públicos(as) no momento de registro desses crimes. Atualmente, a
37 Secretária de Segurança Pública e Administração Penitenciária têm convênio com a Secretaria de Políticas



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO
DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS
FUNDAMENTAIS E CIDADANIA
CONSELHO ESTADUAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL DO PARANÁ
CONSEPIR



38 Públicas da Igualdade Racial e do Ministério da Mulher e Família e Direitos Humanos, em vigência, para
39 promoção de capacitação com os funcionários da Secretaria de Segurança pública. A sugestão é enviar um
40 ofício do Conselho, marcando agenda com a escola da polícia Civil, onde designa-se a execução desse
41 convênio, assim questionar este andamento e destacar a importância. A conselheira Rosângela de Lima fala
42 sobre o relato das Comissões de Formação, Comunicação e Campanhas, e de Acompanhamento da
43 Política de Cotas, que têm se reunido em conjunto. As comissões, na última reunião, souberam de
44 contratações de terceirizados que o Governo do Estado faria, sendo cinco mil pessoas. Foi promovido
45 diálogo com o Departamento do Trabalho e enviado ofício pedindo 10% de vagas para negros, o documento
46 feito tem vagas para imigrantes, pessoa com deficiência, não havendo vagas para negros. Até o final da
47 reunião realizada não houve respostas do Departamento. O Conselheiro Eliseu Raphael Venturi traz o relato
48 da Comissão de Legislação, adentrando ao assunto discutido sobre o PPA, onde foi realizado um
49 encaminhamento à Secretaria de Planejamento, foi executado uma síntese dos principais pontos da
50 conferência, sendo assim encaminhado ao departamento específico que tomaria as providências. A
51 segunda questão deliberada foi sobre o estatuto da Igualdade Racial, houve acordo de que este estatuto
52 sairia pelo o executivo, foi solicitado uma apresentação na CCJ, realizando-se uma comissão que
53 comparecia nos gabinetes de parlamentares que compõem a CCJ. O vice-líder da ALEP Tiago Amaral fez
54 um acordo com o professor Lemos, autor do projeto, para que este estatuto fosse retirado da pauta da CCJ
55 e viesse para o executivo, com o prazo de retorno em sessenta dias. A conselheira Nardi Terezinha
56 Casanova fala sobre o plano da Igualdade Racial, onde foi discutido com as comissões sobre o plano de
57 formar grupos de trabalho e estabelecer prazo para entrega e esta elaboração ter rapidez para ser entregue
58 em dezembro, e executar a conferência do que foi realizado e dos gastos. O conselheiro complementa que
59 o plano é para 2020 a 2022 e toda a questão de elaboração seria necessário um relatório do plano anterior,
60 dos avanços e o que não foram atingidos, para que o plano seja complemento ao que já está vigente. A
61 conselheira Ana Raggio pontuou sobre a citação do conselheiro Saul Dorval da Silva, sobre a realização de
62 ofícios, na reunião executada com a Cultura, foi sugerido que não fosse consultado todas as secretarias por
63 meio de um único protocolo, como estava sendo feito; um protocolo que foi iniciado já passou pela Saúde,
64 pela Educação, e agora está na Cultura, a sugestão da educação foi oficiar as demais secretarias que
65 precisam ser consultadas de acordo com o parecer do PGE, por meio de ofícios e protocolos próprios, então
66 houve um encaminhado ao ITCG, a SEAP, a Secretaria da Fazenda, a Secretaria de Segurança Pública,
67 ainda será consultado a SELEPAR, a Secretaria de Desenvolvimento Sustentável e Turismo, e a
68 Superintendência de Ensino Superior e Ciência e Tecnologia, os protocolos ainda não estão abertos. O
69 conselheiro Eliseu Raphael Venturi fala sobre a comissão do Monitoramento Urbano Estadual e argumenta
70 sobre a elaboração do novo plano, Ana Raggio alega que foi feito a elaboração, mas que não foi enviado,
71 uma proposta de tabela foi realizada, a qual se dirige as metas atendida não atendida e justificativa, as
72 secretarias assim entregando por escrito, isso vai ser encaminhado e estabelecido um prazo para isso ser
73 entregue. Foi verificado os dois resultados da conferência e tudo o que não é de competência estadual foi
74 retirado, ficou pontualmente tudo o que compete ao executivo. O relato do Planejamento Financeiro, houve



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO
DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS
FUNDAMENTAIS E CIDADANIA
CONSELHO ESTADUAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL DO PARANÁ
CONSEPIR



75 um encontro, sendo a primeira consulta enviada pela SEFA, teve um pedido de elaboração uma meta para
76 ser atendida no PPA, então foi realizado uma meta bem ampla, podendo contemplar tudo o que será feito,
77 separando assim por macro regiões, foi realizada a análise onde essas metas pudessem ser atingidas,
78 ficando desta forma: Realizar projetos de sensibilização em campanhas para instrumentalizar os municípios
79 na promoção da igualdade racial e combate ao racismo. Assim então atingir o Centro Oriental, Centro Sul,
80 Metropolitana de Curitiba, Noroeste, Norte Central, Norte Pioneiro e Oeste. Essa são macrorregiões que são
81 relevantes a se fazer esta atuação. As sugestões dos conselheiros aos relatos foram aprovadas. **4º**
82 **Aprovação da pauta:** em consenso, a pauta foi aprovada pelos conselheiros. **5º Aprovação da ata:** o
83 conselho aprovou a ata de maio. **6º Conselhos Municipais:** houve as apresentações de cada
84 representante municipal. Foi relatado crimes de racismo, nos municípios de Cambé, Londrina. A conselheira
85 Ana Raggio sugere que haja diálogo com o promotor de justiça Paulo Tavares, para que seja feito o
86 encaminhamento oficial da pessoa que sofreu discriminação, para que seja dado um atendimento especial
87 pela violência sofrida nas redes de saúde pública, sendo semanal ou quinzenal. O conselheiro afirma que a
88 situação de Cambé, o conselho deve executar um ofício para a Casa Civil, para que seja feita a prisão da
89 indivíduo que executou este crime de racismo. A conselheira Lucimar fala que as medidas preventivas
90 contra o racismo na área da saúde são muito importantes. É necessário uma atenção e sensibilização
91 quanto ao atendimento da assistência social, pois quando é buscado apoio no CREAS sobre a violação de
92 direitos, não há uma pauta dando atenção a esta violência. A representante Rosiany Maria da Silva alega
93 que Maringá tem a necessidade de interação com outras políticas públicas, mostrando que há um estatuto,
94 que existe uma política de igualdade racial. **7º Participação dos Conselhos Municipais no CONSEPIR**
95 **como convidados ou permanentes, com pagamento de despesas:** a conselheira Ana Raggio alega que
96 as despesas dos conselheiros para estarem em reunião ficam sob a responsabilidade do município. O
97 conselheiro opina sobre as questões de participação, a qual deveria ser feita quando houvesse item de
98 pauta que tenha necessidade de ser discutida no conselho estadual, assim tendo a participação dos
99 conselhos. Ana Raggio sugere incluir os e-mails dos conselhos municipais nas listas de convocação para
100 que seja acompanhado a pauta e atas de reunião, também sugere que seja conversado com os escritórios
101 regionais da SEJU, estabelecendo a possibilidade de participação da reunião via videoconferência. A
102 representante Maria de Fátima Beraldo, fala sobre as despesas quanto aos municípios que não têm
103 condições de negociar, juntando assim com outros municípios vizinhos para haver a participação na
104 reunião. A primeira votação é referente a proposta é que os conselheiros(as) municipais sejam convidados
105 permanentemente todos os meses, com as despesas de passagem pagas pela SEJU, assim a votação
106 ocorreu com doze votos a favor, dois votos contra e três abstenções. Entrou-se em votação da construção
107 de uma comissão para determinar a vinda dos conselhos e quantos virão por reuniões, houve duas
108 abstenções, sendo então aprovado pelo conselho. **8º Previsão orçamentária na LDO 2020 para o**
109 **CONSEPIR:** o conselheiro abre votação para autorização da comissão de finanças em elaborar um plano
110 financeiro da dotação orçamentária do ano de 2020, em consenso os conselheiros aprovaram esta
111 proposta. **9ºFUNDEPPIR:** o conselheiro Saul relata o valor de dois milhões de reais que o conselho irá



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO
DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS
FUNDAMENTAIS E CIDADANIA
CONSELHO ESTADUAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL DO PARANÁ
CONSEPIR



112 receber, o qual a comissão irá determinar a situação para onde se redigirá o fundo, a comissão terá o
113 encargo de formular os editais e a participação das entidades, estas que poderão estudar esses editais e
114 apresentar os trabalhos dos projetos para que sejam beneficiados com os recursos provenientes do fundo
115 de promoção a igualdade racial; a intenção é que parte deste fundo seja direcionado para os conselhos
116 municipais. A conselheira sugere que dentro da política de destinação do FUNDEPPIR haja um incentivo
117 financeiro para os prefeitos criarem um órgão de gestão municipal com viabilização orçamentária. O
118 conselheiro afirma que vai consultar o prazo de aplicação, quais serão os procedimentos a serem realizados,
119 e trabalhar a perspectiva, para que futuramente seja uma política permanente. **11º Representações**
120 **indígenas e quilombolas:** a representante Michelli Santos da Silva (Kakané Porã) argumenta se há
121 possibilidade de revezar com outros representantes de cada etnia, para haver essa flexibilidade à qual é um
122 trabalho em conjunto, o pleno não se opôs ao pedido, assim aceitando essa possibilidade. A
123 representante Quilombola fala do convite que Alcione fez a ela para estar representando a federação no
124 conselho. A votação para a participação da federação quilombola para colaborar com as políticas de ações
125 afirmativas da promoção de igualdade racial do Estado do Paraná, através do CONSEPIR, em sugestão o
126 conselheiro colocou que outras representatividades também seriam essenciais, em consenso a plenária
127 concordou com as questões. **12º Participação da juventude negra no CONSEPIR, como convidados:** foi
128 proposto que haja participação da juventude negra na próxima reunião, assim realizando uma solicitação
129 quinze dias antes; este item foi aprovado pelo conselho. **13º Festival Cultural:** algumas propostas
130 realizadas não serão possíveis de serem executadas no mês de julho, entretanto foi garantido a exposição
131 de artistas negras, o nome do festival se compõe como Movimenta Preta, Ação e Expressão. A secretaria de
132 justiça se dispôs a apoiar a feira em novembro. **14º Reunião descentralizada – local, pauta e convites:**
133 esta reunião se realizará em Cascavel, assim definindo se será ampliada e o tema desse espaço, e qual
134 será a pauta quanto descentralizada. A conselheira Rosângela afirma que poderia ser na Uniãoeste, no mini
135 auditório, onde comporta setenta e cinco pessoas; na parte da manhã é sugerido falar sobre a formação de
136 conselho, alegando a importância dos conselhos municipais e dos comprometimentos das secretarias e dos
137 órgãos públicos que estarão presentes. Há sugestão de convidar o Prefeito Ivo Amaral, Presidente da
138 Câmara Municipal, Vereador Madril, Secretaria de Educação, Secretaria de Assistência Social, Núcleo de
139 Educação, Comissão de Direitos Humanos de Cascavel, também convidando os Movimentos Sociais,
140 Associação dos Haitianos, Associação de Terreiros, entre outros. Será realizado um encaminhamento à
141 SEJU com os nomes, para que seja enviado este convite a todos. **15º Realização de viagens pelas**
142 **Conselheiras e Conselheiros:** foi sugerido que se realiza-se um pedido à SEJU que Ana Raggio obtenha
143 apoio para realização de atividades no conselho, para que o trabalho possa ser ágil e não sobrecarregado,
144 os conselheiros concordaram com a proposta. **16º Justificativas de ausência:** Ticyana Paula Begnini
145 (SEDS), a justificativa do mês anterior de Aloísio Justino do Nascimento (Instituto Internacional de
146 Prevenção às Drogas), Celso José dos Santos (ANPIR); foi sugerido que fosse enviado ofícios às
147 instituições ausentes nas reuniões, para que deem justificativas ao conselho, sendo assim o pleno
148 concordou com a proposta. **17º Apresentação e aprovação do material didático "AFRICANIDADES" de**



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO
DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS
FUNDAMENTAIS E CIDADANIA
CONSELHO ESTADUAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL DO PARANÁ
CONSEPIR



149 **autoria da Sr. Lena Garcia, bem como do Livro Oralidades Afroparanaenses do Centro Cultural**
150 **Humaitá, em caráter emergencial, para uso junto a Secretaria Estadual de Educação - SEED nas**
151 **escolas da rede estadual:** foi sugerido que seja realizado uma moção de apoio ao secretário da SEJUF e
152 da SEED, para que esse material seja utilizado na rede estadual de ensino. O conselheiro Luiz alega ser
153 importante a aprovação e a comissão se ater ao conteúdo, realizando um parecer pedagógico. O caderno
154 pedagógico está sendo disponibilizado em formato PDF, a publicação impressa é ideal principalmente para
155 as comunidades Quilombolas e Indígenas. A questão do documento de esclarecimento, pedindo a
156 readequação da execução da política da lei 10639 na secretaria de educação do Paraná. Após a
157 apresentação, a indicação do caderno pedagógico para a secretaria de educação foi aprovada pelo pleno.
158 Foi solicitado ao conselho, requerer que o Estado do Paraná para dar continuidade ao trabalho sob a lei
159 10639. **18º Solicitação de apresentação pela Secretaria de Educação das literaturas usadas na rede**
160 **estadual de ensino:** a conselheira Ana Raggio pontua a questão de oficializar fazendo a solicitação e e
161 consenso os conselheiros aprovaram. **19º Andamento da Minuta de Estatuto da Igualdade Racial e**
162 **promoção de Audiência Pública:** foi sugerido que a minuta saísse da SEJUF como mensagem para a
163 Casa Civil, direcionando o governo a fazer essa apresentação para a população. O conselheiro alega que a
164 minuta está percorrendo pelas secretarias do governo. Foi posto em votação a proposta da audiência
165 pública, sendo assim aprovado pelo pleno. **20º Eleições do COMPER Curitiba:** O conselheiro aludiu sobre
166 o ofício do conselho estadual para o município de Curitiba, assim entrando em votação no pleno a questão
167 de oficializar o município de Curitiba, este ofício solicitando em caráter de urgência para as eleições municipais
168 do conselho municipal de Curitiba, entrou-se em votação e os conselheiros aprovaram. **21º Convite ao**
169 **Presidente da Fundação Palmares, para possível parceria:** o Governo do Estado do Paraná entrou em
170 contato com o Presidente através da SUDIS e Casa Civil. Este convite direcionado ao Presidente é
171 justamente para ele representar o Estado e oficializar as comunidades Quilombolas juntamente ao
172 conselho. Este item foi aprovado pelo conselho. **22º Reunião com a SUDIS, ligada ao gabinete do**
173 **Governador:** em consenso esta questão foi aprovada pelos conselheiros. **23º Informes:** Edicélia Maria dos
174 Santos de Souza relata sobre o COMPIR – Pontal do Paraná, houve um seminário reunindo lideranças
175 negras do Estado do Paraná. Não se obtém uma sala para que haja as reuniões, para os doze conselheiros.
176 Michelli Santos da Silva aludiu que houvera algumas mudanças juntos com as lideranças, participar das
177 conferências municipais, estaduais e nacionais, assim levando a voz da mulher indígena, entre outras
178 participações. O conselheiro cita a intolerância religiosa que vem ocorrendo em Curitiba e solicita apoio ao
179 conselho para abrir o diálogo com os municípios sobre os problemas enfrentados por estes grupos de
180 religiões de matriz africana e ciganos. **Encerramento:** sendo então todos os itens da pauta discutidos, deu-
181 se por encerrado a reunião.